

Pragmaticidade do olhar fenomenológico sobre o discurso: Husserl, Bühler, Ammann e Heidegger

Bernhard J. Sylla (Universidade do Minho)

1. Introdução

Proclamado inicialmente por Peirce e outros seus compatriotas, o Pragmatismo demorou quase 100 anos até se tornar disciplina filosófica e linguística consagrada. A viragem pragmática, considerada por Austin até mesmo de caráter ‘copernicana’, necessitou pois de uma fase embrional prolongada. Por outro lado, é sobejamente sabido que a consideração explícita de ideias de teor pragmático desempenhou um papel importante na Filosofia da Linguagem e na Linguística da primeira metade do século XX.

No âmbito deste contexto, pretendo escrutinar as análises do discurso vinculadas aos termos *Kundgabe*, *Mitteilung* e *Darstellung* e levadas a cabo por quatro pensadores (filósofos e linguistas) diretamente ligados à Fenomenologia: Husserl, Bühler, Ammann e Heidegger. Partindo do facto de que Habermas, como pragmatista ‘amadurecido’, via no modelo ‘*organon*’ de Bühler, por sua vez edificado nesta tríade terminológica, um dos mais importantes impulsos para a viragem pragmática, pretendo mostrar que houve uma vasta discussão sobre a estrutura e a pragmaticidade do discurso na linha do pensamento fenomenológico. A orientação da análise nesta tríade terminológica permite que as afinidades e divergências do olhar fenomenológico sobre aspetos pragmáticos se revelem com maior clareza.

Antes de iniciar a minha análise gostaria de expor muito brevemente as razões pela minha escolha justamente destes quatro autores. Uma razão, já mencionada, reside no facto de Habermas (1992: 105ss.) ter visto no modelo ‘*organon*’ de Bühler um dos mais importantes impulsos para a viragem pragmática. Bühler, por seu lado, foi decisivamente influenciado por Husserl, se bem que se tenha distanciado consideravelmente deste na sua obra principal *Sprachtheorie* [*Teoria da Linguagem*] de 1934, sem que isso tivesse diminuído a grande estima que Bühler nutria por Husserl. Heidegger, por seu lado, estabeleceu referências nítidas, na passagem que irei analisar, às respetivas reflexões husserlianas sobre o discurso. E Ammann era, nos anos em que escreveu a sua obra principal *Die menschliche Rede* [*O Discurso Humano*], professor em Friburgo. Teve contacto direto com Husserl e estava familiarizado com as ideias de

Bühler. Em termos cronológicos, todos os autores se referem às *Investigações Lógicas* de Husserl. Bühler elaborou a sua teoria numa forma já evoluída a partir de 1918 em vários artigos, Heidegger apresenta uma versão já elaborada dos momentos estruturais do discurso nos seus *Prolegómenos à História do Conceito de Tempo*, em 1925, que irá retomar em *Ser e Tempo* (1927), e a obra principal de Ammann, como já referido, foi publicada em 1925 e 1928. Estão pois preenchidas todas as condições para se poder constatar que houve realmente um debate em torno de um assunto comum, i.e. o discurso humano ou discurso linguístico.

2. Habermas

Tomo alguns aspetos fundamentais do pragmatismo de Habermas como ponto de partida porque este

- assenta na primazia do papel da pragmática e na suposta insuficiência das teorias fenomenológicas
- e refere-se explicitamente à análise fenomenológica dos referidos três momentos do discurso (*Kundgabe*, *Mitteilung* e *Darstellung*), dando-lhes no entanto uma interpretação diferente.

Considero como fundamentais os seguintes aspetos da pragmática do discurso habermasiano:

- os atos de fala têm uma estrutura dupla (as ditas partes locucionária e ilocucionária),
- cada ato de fala levanta uma pretensão de validade,
- havendo três tipos de pretensão de validade: a pretensão de *verdade* relacionada com o mundo objetivo, a de *correção* relacionada com o mundo social e a de *sinceridade* relacionada com o mundo subjetivo.
- A legitimidade das pretensões de validade rege-se pela aceitabilidade, o que implica que os argumentos racionais de todos os potenciais interlocutores sejam tomados em conta. Determinar aquilo que se supõe como verdadeiro, correto ou sincero exige que haja uma negociação sensata, um diálogo racional dos participantes no discurso.
- Conhecimento, agir e ser encontram-se, assim, vinculados à justificação, sendo esta uma tarefa em princípio nunca definitivamente terminável, facto que no

entanto não constitui nenhum mal metafísico, mas antes o momento pelo qual se torna possível justificar a função regulativa da Ética do Discurso.

3. Husserl (1859-1938)

A minha análise da concepção husserliana do discurso guiar-se-á pelas seguintes questões: Qual é o estatuto dos atos de fala? Terá Husserl uma noção da sua estrutura dupla (locucionária e ilocucionária)? E quais são as conclusões a que Husserl chega?

Na introdução ao segundo volume da segunda edição das suas *Investigações Lógicas*, Husserl especifica que a finalidade das suas investigações sobre a linguagem e o discurso reside no esforço “por atingir uma visão intelectual sobre os modos de conhecimento que entram em jogo com a consumação e as aplicações idealmente possíveis d(ess)as proposições, bem como sobre as doações de sentido e validades objectivas que, com tais modos de conhecimento, por essência se constituem.” (Husserl 2007a, 26)¹. Esta análise baseia-se na linguagem porque (1) toda a investigação teórica termina em asserções (*Ibid.*, 27)² e (2) porque os objetos de lógica nos são dados em vestes gramaticais (*Ibid.*, 28)³. O verdadeiro objetivo desta análise é aquilo a que Husserl chama de conteúdo lógico, significado lógico ou conceito lógico puro. Ao invés, o significado *linguístico*, o da palavra ou da frase, tal como a sua análise gramatical, têm apenas um estatuto deficitário, uma vez que (1) os significados linguísticos não correspondem aos significados ideais, (2) levam frequentemente a equivocações e (3) obnubilam o significado lógico (cf. *ibid.*, 37ss.)⁴. Enunciados linguísticos necessitam portanto da análise lógico-fenomenológica para que se revele o seu conteúdo lógico.

A análise husserliana das enunciações linguísticas auxilia-se nos três termos *Kundgabe*, *Mitteilung* e *Darstellung*, embora todos eles se revelem como modos deficitários do significado lógico. A *Kundgabe* é uma enunciação enquanto vivência psíquica individual (cf. *ibid.*, 59)⁵, ou a representação individual de um conteúdo lógico visado

¹ [Der phänomenologischen, reinen Logik geht es um] “Einsicht in das Wesen der bei dem Vollzug und den idealmöglichen Anwendungen solcher Sätze ins Spiel tretenden Erkenntnisweisen und der mit diesen sich wesensmäßig konstituierenden Sinngebungen und objektiven Geltungen.” (Husserl 1993a, 2).

² Husserl 1993a, 3.

³ Husserl 1993a, 4.

⁴ Husserl 1993a, 12ss.

⁵ Husserl 1993a, 31.

(cf. *ibid.*, 31)⁶, e relaciona-se com o locutor. A *Mitteilung* está relacionada com o ouvinte, na medida em que este interpreta a enunciação do locutor como *sintoma* ou *sinal* de um discurso portador de sentido. O momento da interpretação é necessário uma vez que o ouvinte não tem um acesso direto às experiências psíquicas do locutor. O único suporte para a interpretação consiste portanto naquilo que está visível ou abertamente presente, que é o sintoma, o sinal, ou seja (entre outros factores) a enunciação enquanto discurso falado (ou escrito) *manifesto*. Este momento estrutural do discurso é a *Darstellung*, também ela deficitária. Seria a tarefa de uma gramática pura determinar inequivocamente o significado lógico das enunciações linguísticas. Esta tarefa deveria tomar em consideração as grandes conquistas da teoria husserliana, nomeadamente a doutrina da *noesis* e do *noema*, mas também a distinção entre *sentido*, *referência* e *objeto de referência* num sentido próximo da versão fregeiana.

No âmbito da nossa temática interessam-me, no entanto, em primeiro lugar as implicações pragmáticas da argumentação de Husserl. Não obstante a sua orientação lógico-eidética, Husserl chegará a uma concepção muito clara não só da estrutura dupla (locucionária e ilocucionária) dos atos de fala, como também se a questão da diversidade das forças ilocucionárias implica uma diversidade das pretensões de validade. Na primeira Investigação Lógica (cf. *ibid.*, 45ss.)⁷, Husserl realça que o significado lógico avistado em enunciações como desejos, ordens ou perguntas não é nem um objeto nem um estado de coisas separável da *Kundgabe* em si, mas antes a exposição e transmissão do próprio desejo, da própria ordem etc. Também o ouvinte saberia, sem precisar de outro auxílio, interpretar a enunciação do locutor de maneira adequada, simplesmente ao tomar a enunciação como sinal do desejo, etc. Apenas a especificação do ato ilocucionário, i.e. a determinação daquilo que se deseja *concretamente*, é feita na parte judicativa (proposicional) da enunciação. As observações da 5ª Investigação Lógica (cf. *ibid.*, 435-452)⁸, tal como o parágrafo 117 das *Ideias*⁹, confirmam esta posição: juízo, desejo e ordem são qualidades de ato (*Aktqualitäten*) ou modos de posicionamento totalmente diversos; e as respetivas matérias de ato (*Aktmaterien*), i.e. as partes proposicionais que especificam aquilo que se deseja ou ordena, são concebidas como atos *parciais*. Na 6ª Investigação Lógica Husserl avança, por fim, com a ideia de que o *critério de veracidade* não se deixa

⁶ Husserl 1993a, 7.

⁷ Husserl 1993a, 32ss.

⁸ Husserl 1993a, 400-417.

⁹ Husserl 2002, 241ss.

aplicar a todas as enunciações, mencionando a título de exemplo mais uma vez os desejos e ordens. Dever-se-ia, diz Husserl, ter em consideração muito antes o *critério de formulação exata* e o de *sinceridade*, critérios esses que teriam uma aplicabilidade muito mais geral do que o de veracidade, porque diriam respeito a *todos* os atos de fala (cf. Husserl 2007b, 207ss.)¹⁰. Vê-se assim, nitidamente, que Husserl se move com estas posições num terreno muito próximo da posição de Habermas. Porquê então irá Husserl deixar de conceder mais atenção a estas questões pragmáticas?

Para esta pergunta não há uma resposta simples e clara. Por um lado, será decerto a prevalência da sua orientação nas verdades apriorísticas que tira importância às questões pragmáticas. Repetidas vezes Husserl salienta (cf. Husserl 2007a, 58; 2007b, 210ss.) que a intenção comunicativa tal como o contexto situacional do discurso não passam de questões secundárias. Por outro lado, contrariando de certa forma as posições acima referidas, nota-se um esforço redobrado, ao longo das *Investigações Lógicas*, em mostrar, que todas as espécies qualitativas de discurso envolverão sempre e necessariamente um ato objetivante (uma parte judicativa) (Husserl 2007a, 535-540; 2007b, 212)¹¹. Desta forma, e visto sob a perspectiva da doutrina eidética, é inegável que os atos não-objetivantes (desejos etc.) devem ser classificados como subclasse dos atos objetivantes e, aliás, as pretensões de sinceridade como subclasse da pretensão de verdade (Husserl 2007b, 218ss.)¹².

As análises efetuadas nas *Ideen I*, se bem que com uma terminologia diferente, apontam na mesma direção. Todos os posicionamentos, todas as teses são objetivantes (ou: objetiváveis) (Husserl 2002, 244), afirma Husserl após longas reflexões subtis e complexas, terminando por subordinar o expressivo e normativo ao lógico. Pois é evidente, segundo Husserl, que os posicionamentos lógicos, axiológicos e práticos (não-dóxicos) envolvem uma pretensão de verdade e podem ser vinculados ao modelo da verdade lógica (proposicional) (*Ibid.*, 289ss.). Sintomáticos neste aspeto são os exemplos que Husserl apresenta para mostrar que um qualquer desejo individual, enunciado num contexto específico e particular, se deixa reconduzir ao seu núcleo lógico, pela manobra simples e fácil de substituir uma formulação que usa o pronome pessoal da primeira pessoa (Eu) por uma formulação impessoal, ou seja: em vez de

¹⁰ Cf. Husserl 1993b, 207ss.

¹¹ Husserl 1993a, 493-499; 1993b, 212.

¹² Husserl 1993b, 218-221.

dizer: “Eu desejo que S seja p” (“Eu gostava de tomar um café.”) dever-se-ia usar a forma “É desejado / deseja-se que S seja p.” (“Deseja-se tomar um café.”) (*Ibid.*, 277).

Conclusão: *Kundgabe* e *Mitteilung* são, segundo Husserl, funções de discurso importantes para a prática do discurso e para fins comunicativos, mas modos defeituosos e deficitários que necessitam que o seu verdadeiro *eidos* lógico enquanto fundamento universal do discurso seja posto a descoberto.

Na minha opinião, o Husserl tardio, também não mudará essencialmente a sua posição. Nas suas reflexões sobre o problema da intersubjetividade, a orientação em normas e valores está vinculada à participação, seja ela intersubjetiva ou coletiva, em verdades eidéticas, perdendo o confronto intersubjetivo e essencialmente pragmático a sua funcionalidade fundamental.

4. Bühler (1879-1963)

O modelo *organon* de Bühler estava elaborado, em quase todos os seus aspetos centrais, já em 1918¹³. A versão final, no entanto, foi publicada apenas em 1934, no seu livro *Teoria da Linguagem*¹⁴. O próprio Bühler classificou o seu método como fenomenológico, numa alusão explícita a Husserl (Bühler 1932, 122), o que, no entanto, não o impede de se desmarcar claramente deste (*Ibid.*, 99s.; Bühler 1999, XXIV, 61ss.). A sua primeira objeção ao modelo de Husserl concerne a subestimação da situacionalidade dos atos de fala, aspeto que Bühler irá tratar nas suas análises em torno da *deixis* da linguagem humana. A segunda e a mais forte objeção acusa Husserl de ter suprimido, ou até mesmo abolido, o aspeto de intersubjetividade do uso da linguagem. Este aspeto está vinculado, no modelo *organon* de Bühler, à instância do *outro*, e daí à função do assim chamado *Appell* (*apelo*). Resumirei brevemente como o modelo *organon* interpreta as funções sígnicas. Segundo este modelo, há três funções fundamentais do signo:

- A função da *Kundgabe* (Bühler 1999, XXIX) (termo alternativo: *Ausdruck*) relaciona-se com a *enunciação* ou *expressão* de algo pelo *locutor* (designado este último, no modelo *organon*, com o termo *einer* (*um*)). A enunciação

¹³ Cf. Bühler 1918. Comparem-se também as retrospectivas do próprio Bühler (1932, 122; 1999, XXI-XXX).

¹⁴ Bühler 1999.

linguística é uma *ação* e enquadra-se, enquanto objeto de estudo, no domínio da Psicologia (Bühler 1932, 96).

- A *Kundgabe* tem, no entanto, uma outra função que deve ser distinguida claramente da primeira. A enunciação dirige-se, enquanto *Appell* (*apelo*), *Auslösung* (*despontar*) (Bühler 1918) ou *Mitteilung* (*comunicação*) (Bühler 1932, 104), a um *outro*, tendo a função de *coordenar* ou *regulamentar* as ações e o comportamento dos falantes. O *apelo* / a *Mitteilung* é objeto de estudo da Sociologia (*Ibid.*, 96).
- As enunciações têm, no entanto, para além das funções da *Kundgabe* e do *Appell*, uma terceira função, a de falar sobre ‘*as coisas*’. Esta função é a da *Darstellung* (*exposição*). A *Darstellung* é objeto de estudo da Linguística, pois diz respeito aos meios linguísticos enquanto elementos da *langue*.

A opinião comum que vê em Bühler um dos mais importantes protagonistas da pragmática linguística, é motivada pelo destaque atribuído ao carácter de *ação* dos atos de fala e pela consideração da instância do *outro*. Também Habermas realçou precisamente estes aspetos. Segundo o meu ponto de vista, esta avaliação é demasiado eufemística.

A favor da apreciação habermasiana fala certamente o facto de que Bühler tinha distinguido claramente entre a função locucionária e ilocucionária dos atos de fala. Uma frase como “*Está a chover*” pode ser entendida de várias maneiras, como mera constatação ou como conselho de levar o guarda-chuva (*Ibid.*, 104). Daí que segundo Bühler a intenção que motiva uma enunciação deva ser entendida não só como vinculada à intenção do locutor (à *Kundgabe*), mas antes como impulso capaz de coordenar e regulamentar ações intersubjetivas. Tanto a intenção do locutor (fazendo parte da *Kundgabe*) como também a reação do ouvinte (fazendo parte do *apelo*) orientar-se-iam num fundo comum, que é o da normatividade em vigor. A palavra *Handlungssteuerung*, que Bühler usa quase exclusivamente (*Ibid.*, 96, 99, 100, 102, 104, 105), faz explicitamente *apelo* a um código coletivo comum, uma norma social já enraizada (Bühler 1999, 69), e daí que não surpreenda que Bühler nunca levante a questão da *legitimidade* dos *apelos*. Quase seguindo o modelo behaviorista, Bühler afirma reiteradamente que palavras e frases têm a função de *despoletar* uma reação (*Ibid.*, 28) e que adquirem a capacidade de coordenar ações precisamente devido a esta função (*Ibid.*, XXV). Bühler não desenvolve nenhuma ferramenta teórica que lhe

permita distinguir, no sentido habermasiano, entre atos estratégicos que usam o outro como meio para alcançar os próprios fins e atos comunicativos orientados no entendimento mútuo. Esta tendência de ignorar ou subestimar a problemática sociológica da pragmaticidade que, aliás, se traduzirá numa restrição da pragmaticidade ao ponto de vista gramatical da *deixis*, notar-se-á ao longo de toda a obra de Bühler, e relembra partes das *Investigações Lógicas* de Husserl em que acontece o mesmo. Não admira, pois, que o curso das argumentações de Bühler vire as suas atenções para o campo gramatical, em que o chamado *emprático* (o envolvimento nas perspectivas situacionais) se eleva para o *sinsemântico*. No domínio deste *sinsemântico* alcançar-se-ia, pois, a independência da perspetividade individual, facto que Bühler distingue com o *label* de ‘redentor’ (*Ibid.*, 368ss.). Parece então que Bühler, em última consequência, regressa às ideias de Husserl, na grande estima pela superação da perspetividade individual que, de certa forma, inclui também a pragmaticidade. No entanto, seria talvez mais correto atribuir a influência decisiva para a introdução do momento de redenção a Cassirer e à sua concepção da crescente ‘logificação’ da linguagem.

5. Ammann (1885-1956)

Também Ammann caracteriza o seu método, na sua obra principal *O Discurso Humano* (Ammann 1925/1928), como fenomenológico (Ammann 1925, IV), querendo dizer com isso que a análise do fenómeno da linguagem será tanto mais prometedora quanto mais se orientar na facticidade do seu uso concreto.

Tal como Husserl e Bühler, Ammann usa os termos *Kundgabe*, *Mitteilung* e *Darstellung*, relacionando-os com os respetivos domínios do *locutor*, do *ouvinte* e das *coisas*. Ammann move-se, porém, nas suas argumentações bastante mais perto de Habermas do que os primeiros dois autores. As suas análises partem da distinção entre *falar* (*sprechen*) e *discorrer* (*reden*) no uso do alemão, relacionando o conceito de falar com o domínio psicológico e o de discorrer com o espiritual (*Ibid.*, 39s.). Esta distinção conduz às seguintes conclusões que estipulam a existência de dois tipos distintos de falar e de discorrer:

- *Falar, Tipo A*: Este tipo de falar relaciona-se com o falar enquanto *expressão* ou *exposição de um estado interior psíquico* (*Ibid.*, 54). Daí que seja *Kundgabe* no sentido de dar a conhecer algo. Ammann depara-se, no entanto, no decorrer das suas análises com um vasto espectro de atos de fala que, de antemão, não se

dirigem a um qualquer ouvinte, tendo antes um carácter marcadamente monológico (cf. Ammann 1928: 32-42). Enquadram-se, nesta classe de atos de fala, todo o tipo de expressões de sentimentos, tanto a nível individual como coletivo, como também orações, ou seja a fala ritual em geral. Estes atos de fala pretendem evocar, segundo Ammann, o consentimento do outro, mas não de uma forma direta, pois servem, em primeira linha, como descarregamento de emoções que leva ao alívio psíquico do falante. Estes atos não se dirigem, pois, a um Tu específico, sendo que o haver ou não um público ouvinte se afigura como meramente secundário. Estes atos têm, no entanto, um efeito colateral, pois geram um consenso anónimo que, por vezes, nem sequer existe, sendo apenas imaginado pelo locutor. Quando expressos num contexto de fala coletiva, estes atos de fala evocam de uma maneira instintiva e automatizada o sentimento de partilha de opiniões e juízos de valor comuns e a sua confirmação mútua. Segundo Ammann, estes atos levantam uma pretensão de validade, nomeadamente a de *sinceridade* e *autenticidade* e não a de *verdade*, conclusão essa que se aproxima bastante com posições mais tarde defendidas por Habermas.

- *Falar, Tipo B*: Este tipo de falar abrange uma parte considerável dos atos de fala. Refere-se a atos de fala susceptíveis de serem classificados como *Mitteilung* (Ammann 1925, 63; 1928, 1-15). Dirigem-se a um ouvinte e são designados como ações de carácter social, visto que seguem um fim preciso e têm uma motivação específica relacionados com a pessoa do ouvinte. É nesta classe de atos de fala que se mostra o fenómeno do seu carácter duplo, locucionário e ilocucionário, demonstrado por Ammann em vários exemplos concretos (Ammann 1925, 50; 1928, 4s., 20-23). Estes atos de fala levantam uma pretensão de validade diferente, nomeadamente a de *correção* que se refere ao domínio das normas sociais partilhadas (Ammann 1928, 15, 55), apresentando mais uma vez uma afinidade com o pensamento habermasiano. A nível gramatical, Ammann procura investigar a estrutura da troca de informações (ou pretensões de validade implícitas) com base nos termos *Thema* (*tema*) e *Rhema* (*rema*) que se usam ainda hoje na gramática funcional.
- *Discorrer, Tipo A: Reden* (*discorrer*) é, comparado com o falar, um ato superior, porque expõe um conteúdo espiritual (Ammann 1925, 39). Daí que o termo *Darstellung* esteja vinculado ao domínio do espiritual, sendo a sua função a de

desvincular o enunciado da esfera do subjetivo e individual. É de particular importância que a pretensão de verdade (Ammann 1928, 131), segundo Ammann, entra em jogo apenas em muito poucos casos do discurso falado, ou seja apenas quando o locutor emite um juízo completo, ou quando atos de fala como desejos, ordens, apelos e perguntas são reformulados de tal maneira que a pretensão de validade levantada por eles é explicitamente formulada (e.g. “*Eu desejo que me tragas o livro.*” *Ibid.*, 153). Embora se note que a formulação explícita, que segundo Ammann faz com que se levante de facto uma pretensão de verdade, afigura em Habermas apenas como condição formal de explicitação de pretensões de validade, nada decidindo sobre o carácter específico e o tipo da pretensão levantada, estamos sem dúvida perante mais um elemento que prova a afinidade do olhar pragmático em Ammann e Habermas. Ammann entende o seu conceito de espírito / espiritual como faculdade de apresentar de forma racional tudo o que tenha a ver com o ponto de vista individual e subjetivo da enunciação a fim de o neutralizar e objetivar.

- *Discorrer, Tipo B*: O segundo tipo de discorrer distingue-se do primeiro por não seguir nenhum interesse pessoal e não levantar nenhuma pretensão de validade. É o ‘discorrer’ (a fala) da poesia (Ammann 1925, 40; 1928, 45ss., 75s.). Quando se atinge este nível supremo de discurso, então falarão ou a própria linguagem ou as próprias coisas, desaparecendo o locutor enquanto emissor da fala. Mais uma vez surge então o momento funcional da ‘redenção’, apontando, nesta versão, e como que inconscientemente, para a filosofia tardia de Heidegger.

6. Heidegger (1889-1976)

No § 28 dos *Prolegómenos à História do Conceito de Tempo*, retomada mais tarde em *Ser e Tempo*, Heidegger expõe a sua análise do discurso vulgar que, segundo ele, tem quatro momentos estruturais. Os termos para os primeiros dois momentos, *Kundgabe* e *Mitteilung*, retomam a terminologia conhecida. Mas também os restantes dois termos, o *Dito* e o *Sobre-quê* da fala, revelam semelhanças claras com a noção de *Darstellung*. Se bem que Heidegger queira de facto mostrar que as instâncias de *locutor*, *ouvinte* e *coisas* requerem, com base nas premissas da ontologia fundamental, uma interpretação nova, não se pode negar que achará útil que se tome seriamente em consideração a configuração estrutural que se nos manifesta pelos termos por assim dizer ‘tradicionais’.

- Começarei a minha breve análise com os dois momentos estruturais que ocupam o lugar tradicional da *Darstellung*, o *Dito em si* e o *Sobre-quê do discurso*. É óbvio que estes dois momentos mostram, à partida, uma afinidade com a função que o termo *Darstellung* desempenhou nos outros autores, nomeadamente a de estabelecer uma ligação às coisas. Pois calha ao momento de *Sobre-quê* a função da referência a uma coisa (enquanto sujeito de uma proposição, no exemplo que Heidegger dá: *a cadeira*) e ao *Dito* a de predicar algo acerca desta coisa (*A cadeira é estofada*). Contudo, o fim desta análise reside não numa análise apofântica, mas antes no intuito de mostrar que se trata, nestes dois momentos, de momentos que se descobrem e constituem *através* e *na* interpretação pré-teórica e fundamentalmente pragmática do mundo ao nosso redor, do mundo que ‘está à mão’. As coisas e os seus predicados mostram-se-nos apenas e somente por meio desta interpretação pragmática que, porém, não se pode compreender satisfatoriamente se não se tiver em conta os outros dois momentos estruturais, a *Kundgabe* e a *Mitteilung*.
- O momento da *Kundgabe* mantém em Heidegger, tal como nos outros autores, a característica de *enunciação* no sentido de *dar a conhecer*, ou seja enquanto *exteriorização* (*Sichaussprechen*) de uma *afetividade* (*Befindlichkeit*). Não se deve, porém, entender ‘exteriorização’ sob o esquema metafísico que distingue entre *interior* e *exterior* e segundo o qual o locutor daria então conta do seu estado psíquico interior. A *Kundgabe* é antes vista como *articulação da afetividade*, articulação essa que, por um lado, faz aparecer e desvenda a afetividade, mas que, por outro lado, colabora efetivamente também na interpretação e no des-encobrimento do mundo.
- A *Mitteilung*, por fim, é vista como momento estrutural através do qual se estabelece uma relação com o ser e com o mundo, *partilhada com o outro*. Compreender uma *Mitteilung*, uma comunicação, significa então marcadamente a partilha de algo que os dois, locutor e interlocutor, ‘des-encobrem’ em sintonia (ou que se descobre por meio dos seus discursos). O aspeto da intersubjetividade do discurso é, assim, apenas um momento entre outros, cuja função principal reside no des-encobrimento do ser do mundo e do próprio *Dasein*. Como todo o processo do des-encobrimento do mundo é, em si, pragmático, o momento estrutural ‘comunicativo’ da *Mitteilung* não é nem o decisivo nem o único a que se deve a pragmaticidade do discurso. Também não se deve entendê-lo como

instância pela qual se decide sobre a *legitimidade* de pretensões de validade. A legitimidade não é decisivamente um assunto que se trata no debate intersubjetivo sobre pretensões de validade, mas uma questão vinculada única e restritamente à *adequação existencial* das interpretações de cada locutor. A interpretação é inadequada quando orientada no discurso mediano, no ‘falatório’ e nos seus critérios de legitimidade, e adequada quando proveniente de uma interpretação existencial e ao mesmo tempo essencial do intérprete e quando orientada na ‘essência’ das próprias coisas. Uma pragmática que tomasse como critério principal a facticidade e dinâmica das práticas de comunicação em uso correria, segundo Heidegger, o risco de perder o seu rumo pois encobriria a diferença entre o discurso do verdadeiro dizer e o do falatório.

7. Considerações finais

Pretendi mostrar

- que a pragmaticidade do discurso, inclusive o seu momento de intersubjetividade, constituiu um tema de debate nada periférico nos quatro autores analisados, inserindo-se todos eles na corrente da primeira fase da fenomenologia;
- que era conhecido, e tratado como conhecimento óbvio, aquilo a que mais tarde se chamaria a estrutura dupla dos atos de fala;
- que houve motivos bastante diversos e heterogêneos para não se ter conferido à pragmaticidade do discurso o estatuto que esta alcançou a partir dos anos 70 do século XX; em Husserl, a pragmaticidade é vista como subsecção de uma ciência eidética apriorística, em Bühler ela fica restringida à capacidade de coordenar satisfatoriamente ações que acarretam vinculações recíprocas, em Heidegger é interpretada como momento estrutural da ontologia fundamental. Hermann Ammann é aparentemente o autor quem mais afinidade terá com a pragmática posterior, nomeadamente com a habermasiana.

Bibliografia

Ammann, Hermann (1925), *Die menschliche Rede. Sprachphilosophische Untersuchungen*, Bd. 1: *Die Idee der Sprache und das Wesen der Wortbedeutung*, Lehr i.B.: Moritz Schauenburg

Ammann, Hermann (1928), *Die menschliche Rede. Sprachphilosophische Untersuchungen*, Bd. 2: *Der Satz. Lebensformen und Lebensfunktionen der Rede – Das Wesen der Satzform – Satz und Urteil*, Lahr i.B.: Moritz Schauenburg

Bühler, Karl (1918), “Kritische Musterung der neuern Theorien des Satzes”, *Indogermanisches Jahrbuch* 6, 1-20

Bühler, Karl (1932), “Das Ganze der Sprachtheorie, ihr Aufbau und ihre Teile”, in *Bericht über den XII. Kongreß der Deutschen Gesellschaft für Psychologie in Hamburg 12. – 16. 4. 1931*, hrsg. v. Gustav Kafka, Jena, 95-121

Bühler, Karl (1999) [1934], *Sprachtheorie. Die Darstellungsfunktion der Sprache*, mit einem Geleitwort v. Friedrich Kainz, ungekürzter Neudruck der Aufl. Jena / Fischer 1934, 3. Aufl., Stuttgart: Lucius & Lucius

Habermas, Jürgen (1992), *Nachmetaphysisches Denken. Philosophische Aufsätze*, Frankfurt/M.: Suhrkamp

Heidegger, Martin (1994) [1925], *Prolegomena zur Geschichte des Zeitbegriffs*, hrsg. v. Petra Jaeger, 3., durchgesehene Aufl., Frankfurt/M.: Klostermann [= *Gesamtausgabe* Bd. 20]

Heidegger, Martin (1977) [1927], *Sein und Zeit*, hrsg. v. Friedrich-Wilhelm von Herrmann, Frankfurt/M.: Klostermann [= *Gesamtausgabe* Bd. 2]

Husserl, Edmund (1993a) [1913], *Logische Untersuchungen*, Bd. II/1: *Untersuchungen zur Phänomenologie und Theorie der Erkenntnis*, unveränderter Nachdruck der 2., teilweise umgearbeiteten Aufl. von 1913, 7. Aufl., Tübingen: Niemeyer

Husserl, Edmund (1993b) [1921], *Logische Untersuchungen*, Bd. II/2: *Elemente einer phänomenologischen Aufklärung der Erkenntnis*, unveränderter Nachdruck der 2., teilweise umgearbeiteten Aufl. von 1921, 6. Aufl., Tübingen: Niemeyer

Husserl, Edmund (2002) [1922], *Ideen zu einer reinen Phänomenologie und phänomenologischen Philosophie. Allgemeine Einführung in die reine Phänomenologie*, unveränderter Nachdruck der 2. Aufl. von 1922, 6. Aufl., Tübingen: Niemeyer

Husserl, Edmund (2007a) [1901/1913], *Investigações Lógicas*, Vol. II/1: *Investigações para a Fenomenologia e Teoria do Conhecimento*, de acordo com o texto de Husserliana XIX/1 editado por Ursula Panzer, trad. de Pedro M. S. Alves e Carlos Aurélio Morujão, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa

Husserl, Edmund (2007b) [1901/1921], *Investigações Lógicas*, Vol. II/2: *Investigações para a Fenomenologia e Teoria do Conhecimento*, de acordo com o texto de Husserliana XIX/2 editado por Ursula Panzer, trad. de Carlos Aurélio Morujão, Lisboa: Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa